

VIII. OS BÁRBAROS PRETOS PAC- TUADOS COM O DIABO: FEITI- ÇARIA E ADIVINHAÇÃO AFRO- -BRASILEIRA NAS CAPITANIAS DA BAHIA E PERNAMBUCO

Dimas Catai¹

Resumo

Neste artigo apresentaremos alguns casos de africanos e afrodescendentes denunciados a inquisição lusa por feitiçaria e adivinhação. Trabalharemos com vários documentos, cujos homens e mulheres que se fazem presentes naquelas páginas foram denunciados ou vítimas da ação adivinhatória de outros sujeitos contratados para solucionar problemas cotidianos na vida colonial das capitanias de Pernambuco e Bahia. Faremos uma inicial apresentação das fontes, partindo, a posteriori, para uma análise que tente compreender as ideias sobre a adivinhação presentes nos mundos europeu e africanos que se encontravam nas terras brasileiras. Desta forma, tentaremos mostrar como algumas das necessidades da população colonial eram satisfeitas pela ação de agentes de outras religiosidades que se encontravam em posição de subalternização.

Palavras-Chave

Feitiçaria. Adivinhação. Africanos. Cotidiano colonial. Práticas mágicas.

Abstract

In this article we present some cases of Africans and African descendants lusa denounced the Inquisition for sorcery and divination. We will work with several documents, whose men and women that are present in those pages were accused or victims of other action divinatory subjects recruited to solve everyday problems in the life of colonial captaincy of Pernambuco and Bahia. We will make an initial presentation of sources, starting a posteriori analysis to try to understand the ideas of the guesswork present in European and African worlds that were in brasileiras lands. Therefore, try to show how some of the needs of the colonial population were satisfied by the action of other agents who were religiosities in a position of subordination.

Keywords

Witchcraft. Divination. Colonial everyday. Magical practices.

¹ Mestrando do programa de História Social da Universidade Federal da Bahia da Linha Cultura e Sociedade. Agradeço ao CNPG pelo incentivo na realização deste projeto de pesquisa através da bolsa de mestrado.

Os africanos na diáspora

A transferência de uma gama gigantesca de homens e mulheres pelas malhas atlânticas em direção às Américas pode ser considerado um dos fenômenos mais tristes da história da humanidade. Arrastados de suas terras natais e ceifados de universos culturais dos quais dominavam os signos, esses indivíduos se viam reduzidos a condição jurídica de “coisa”, tornavam-se propriedades de outros homens em uma terra desconhecida e que, aparentemente, devorava seus corpos com uma voracidade impressionante. O fenômeno da escravidão era comum na África, porém, a travessia do calunga e a incerteza do que os aguardava do outro lado deveria ser aterradora para os que rumavam nesta direção. Teriam que lidar, inicialmente, com as péssimas condições sanitárias do tumbeiro, pouca ração, a baixa ventilação, o diminuto espaço dos porões e o raro contato com o sol. A lógica da plantation e a relação de domínio e controle exercida por seus senhores marcaria a experiência destes indivíduos por um longo período. Passavam a ocupar um lugar social que era facilmente identificado pela cor da sua pele.

O mundo cristão – principalmente através dos seus agentes e devotos mais incomodados pelos desvios- percebia os africanos como possíveis malfeitores. O escravizado aparentava ser o oposto do escravizador. O católico se contrapunha ao barbarismo da religiosidade diabólica dos povos da guiné, que deveriam ser convertidos para que, ao fim desta jornada, suas almas tivessem possibilidade de salvação. Era esse desejo de conversão dos povos que não tiveram contato anterior com o catolicismo que ajudava a institucionalização no novo mundo. O engajamento de uma Igreja militante que vinha perdendo espaço em terras europeias e percebia nas novas áreas colonizadas a possibilidade

de ampliar às fronteiras da fé, criava um discurso calcado na piedade e na generosidade que indicava a escravização como modelo necessário a conversão de uma grande massa de seres humanos afastados da verdadeira religião, único caminho para eternidade.

Não por acaso, estes sujeitos recebiam o sacramento do batismo e adquiriam nomes cristãos sem ao menos saberem quais os significados de tais rituais. Mal sabiam que aquele “conversão” lhes impunha a obrigação de se conservarem numa fé que não dominavam as premissas básicas. Uma vez batizados, deviam permanecer bons fieis e deixar de lado todo um complexo religioso que lhes fora transmitido pelos membros das suas antigas comunidades, seus pais e avós. O desejo de salvação da alma ficava em último plano e o principal interesse dos escravizadores estava voltado ao lucro, ao uso extremo da mão de obra e a um controle das suas peças que ficasse alheio a um domínio mais estreito da Igreja.

O conhecimento de rituais, ervas e tudo o que o mundo católico português encaixou no grande guarda-chuva conceitual da feitiçaria poderia garantir algumas vantagens ao sujeito que o adquirisse uma peça da guiné com essas especialidades. Prever o futuro, saber curar doenças e até mesmo indicar quais os responsáveis por determinados delitos eram as artes que despertavam a atenção de alguns donos de escravos. Manter um cativo com essas características no seu plantel poderia representar um ganho extra com o aluguel deste para seus vizinhos e a segurança de ter um curandeiro que tomasse conta dos corpos dos seus companheiros de infortúnio. Ao escravo que detinha essas habilidades, havia a possibilidade de garantir determinado pecúlio, além do temor e respeito dos que o cercavam, garantindo certa distinção no ambiente

em que estava inserido. Porém, tal operação também apresentava seus riscos, que não eram poucos. As constantes revoltas contra os maus tratos e a violência do cativo podiam causar grande dano físico e/ou financeiro aos que se arriscavam em conservar um mágico em suas terras. Dentre os inúmeros exemplos que poderíamos listar, apresentaremos de cada situação.

No dia 7 do mês de fevereiro de 1736 partia rumo ao colégio dos jesuítas em Recife um cidadão indignado com tamanhas demonstrações de irreligiosidade dada por seus conterrâneos. Gomes, casado com D. Antônia Dias e morador de Boa Vista, vinha apresentar suas queixas contra algumas pessoas que insistiam em transgredir os dogmas da santa fé e usar de artifícios mágicos para obter vantagens. Lamentava ainda o grande escândalo que isso causava em toda parte, pois, “a queixa malefícios he geral, não só negros, mas também brancos, e cada vez com mayor escandalo por não haver castigo nesta materia”². Dentre os denunciados o caso que mais nos interessa neste momento é o de Jozeph, escravo de Gonsalo Ferreira. Vivendo do pecúlio obtido dos feitiços que lançava pelas encruzilhadas, nosso personagem precisaria de relativa liberdade para conseguir deslocar-se pelas esquinas da sua freguesia e conquistar clientes. Por ser de conhecimento público que tais serviços eram oferecidos pelo cativo, provavelmente seu dono tinha conhecimento sobre suas ações e, no mínimo, era condescendente o suficiente para fechar os olhos com relação a essa atividade. O mais provável é que fosse beneficiado de alguma maneira das especialidades do seu escravo.

Outros proprietários tiveram experiencias muito negativas ao

²ANTT, IL, Documentação dispersa. Denuncias contra várias pessoas, proc. 13604. pg.2

preservar entre o seu plantel escravos que dominavam algum tipo de arte mágica. Nos parece que esse foi o caso do P. Manoel Gomes que, segundo a denúncia realizada pela mulata Mariana Gomes, havia perdido a vida graças a rituais de quibundo realizados por uma escrava sua que se encontrava forra após a sua morte³.

Neste texto apresentaremos alguns casos de africanos e afro-descendentes denunciados a inquisição lusa por feitiçaria nas áreas coloniais que compreendiam as capitanias de Pernambuco e Bahia. Trabalharemos com documentos distintos cujos homens e mulheres que se fazem presentes naquelas páginas foram denunciados ou vítimas da ação adivinhatória de outros sujeitos. Faremos uma inicial apresentação das fontes, partindo, a posteriori, para uma análise que tente compreender as ideias sobre a adivinhação presentes nos mundos europeu e africanos que se encontravam nas terras brasileiras, destacando as diferenças entre o entendimento sobre a adivinhação na cosmovisão de homens e mulheres que se encontraram no mundo criado pelos lusos.

Sujeitos e lugares: o complexo da religiosidade “feiticeira” dos povos traficados

Provavelmente por volta da década de cinquenta do século XVII desembarcara nas praias da Cidade da Bahia um jovem negrinho vindo dos portos de Angola⁴. Como muitos outros sujeitos vendidos como cativo, não tinha o domínio da língua e tão pouco sabia muito sobre os mistérios da nova fé que, forçosamente, deveria seguir⁵. Fora batizado

³ANTT, IL, Documentação dispersa, Denúncias contra várias pessoas, por via do padre de Olinda e Comissário do Santo Ofício, Proc. 13540. pg 3.

⁴ANTT, IL, Processo contra Simão, proc. 8464.

⁵Apesar de o Reiuno do Congo ter se convertido ao catolicismo por volta de duzentos anos antes da vinda de Simão à Bahia, a religião ainda era praticada pela elite local e pelos homens europeus que lá se instalaram. Um exemplo interessante de que esse catolicismo não atingiu fortemente

numa igreja, ainda em terras africanas, e desconhecia o nome dos seus padrinhos. A tenra idade com qual fora lançado nas malhas escravistas também o impedia de lembrar o nome dos seus pais e avós ou demais parentes, perdendo boa parte da tessitura social que conhecia até aquele momento.

Chegando a Bahia, ingressou na vida escrava em definitivo como propriedade de André Machado. Foi sob posse deste que Simão conhecera um pouco mais sobre os mistérios do catolicismo. Aprendera onde deveria ouvir missa, a comungar e, segundo a sua própria análise, a portar-se como bom cristão, sabendo rezar o Creio em Deus Padre, a Ave Maria e o Pai Nosso . Além das instruções na fé, lhe foi ensinado pelo genro do seu antigo senhor, Manoel Medeiros, como proceder caso fosse picado por cobras, devendo ministrar pós feitos com os restos mortais dos mesmos répteis sobre o ferimento.

A vida ia passando e logo o Simão passaria às mãos de mais dois sujeitos até encontrar a liberdade. Parecia ter conseguido um pequeno espaço naquela sociedade que outrora lhe era desconhecida, passando a ser proprietário de uma pequena roça de mandioca na freguesia de Pirajá e contraindo matrimônio com a Joanina, escrava conga de Manoel Madeira. Havia encontrado um lugar onde conquistara um pouco de terra, criava laços afetivos solidificados pelas bençãos da Igreja e garantia uma convivência relativamente amistosa com os seus vizinhos. Este poderia ser o ponto final da trajetória de um homem que, enfim,

a população local está na obra de Cavazzi que, apesar de envolta de uma visão extremamente negativa do “outro”, nos mostra como a religiosidade local era dinâmica e carregada de elementos tradicionais anteriores a chegada da Santa Igreja. Ver: MONTECÚCCOLO, João Antônio Cavazzi. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. V.1. Lisboa: Junta de investigações do ultramar, 1965

conseguia romper parcialmente com os laços escravistas, porém, este é só o começo da história da sua vida que nos interessa.

Em 1685 escrevia a Inquisição Lisboeta o Padre Francisco da Chagas denunciando alguns erros cometidos pela população baiana. Na freguesia de Santo Amaro da Ipitanga, após a morte misteriosa de algumas peças da Guiné, André Gomes de Medina recorrera as afamadas artes adivinhatórias de Gracia, escrava conga que pertencia ao Sargento Maior Marcos Bitencourt. Vindo a sua fazenda, a dita feiticeira começara a praticar um ritual que teria como finalidade revelar o mau feitor que provocara tantos prejuízos⁶. Em pouco tempo os preparativos para cerimônia estavam prontos. Fincaram três paus no chão com uma fogueira abaixo destes. A ideia era que os paus fossem capazes de sustentar uma panela nova com água fervente e um pequeno objeto mágico trazido por Gracia lançado dentro do fervedouro. Contando com o auxílio de dois ajudantes, pois, a mesma falava em língua do congo, instruiu aos seus contratantes que reunissem todos da casa em volta da panela e nela lançassem, um por vez, suas mãos.

A lógica do ritual era simples, aquele que se queimasse era o culpado pelos delitos⁷. Diante de todos, o único a queimar o braço ao

⁶ As testemunhas alegam que só de André Gomes de Medina morreram cerca de 15 escravos, além de 25 outros pertencentes aos vizinhos do mesmo. Se levarmos em conta o preço dos escravos tendo como base correspondência travada entre o promotor-mor da Fazenda Real do Brasil e o príncipe regente D. Pedro II que dizia respeito a compra de cativos para os serviços nos armazéns e lanchas da ribeira como forma de substituir os gastos com escravos alugados. O valor do cativo deveria ficar entre 45\$000 e 50\$000 e a compra de algumas peças representaria uma economia aos cofres da Fazenda real. Ver: SOUZA, Daniele Santos. *Entre o serviço da casa e o ganho*: escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2010, p.76. Tendo isso em mente, Os proprietários da freguesia de Ipitanda tiveram um prejuízo considerável.

⁷ ANTT, IL, idem. pg. 32. Esta ritualística ministrada por Garcia lembra uma descrição feita por Cavazzi ao se referir a um ministro da fé local das regiões do Congo, Matamba e Angola chamado Jaji. Com auxílio de uma panela de água fervente, uma pedra e terra avermelhada, este forçava o

lançar mão sobre água fervente fora o nosso personagem indicado pouco acima. A desconfiança de que Simão era o responsável por tais delitos já se fazia presente entre os membros daquela comunidade. Em averiguação anterior, encontraram em sua casa alguns dentes de animais e pós misteriosos. Aqueles mesmos pós que pouco depois confessara a Inquisição que serviriam para curar mordeduras de cobra. Para sua sorte, no fim do processo os inquisidores acabaram inocentando-o no foro da consciência. Este é o ponto que perdemos nosso jovem negrinho de vista. Deve ter saído dos cárceres secretos do Santo Ofício com um corpo bastante fadigado e com poucas possibilidades de retornar de imediato a sua pequena roça de mandioca. A adivinhação da sua conterrânea Gracia serviu como ponto chave da preservação de parte da sua história nas páginas de um processo inquisitorial.

As habilidades adivinhatórias e curativas dos africanos e seus descendentes eram bem requisitadas por parte considerável da população colonial. Na década de noventa do século XVII a freguesia do Passé tivera uma madrugada preenchida pelos sons dos atabaques tocados com vigor por alguns negros⁸. A cerimônia que teve início a meia noite, se arrastou até os primeiros raios de sol tocarem as terras da Bahia. Ao alvorecer do dia a vizinhança inquieta chegaria a conclusão de que

acusado a lançar mão sobre a a mistura e recolher a pedra quando a água se encontrasse bastante aquecida. Caso retirasse a mão ileso, este era considerado inocente, do contrário, passaria a ser tido como culpado pelos malefícios causados. Ver: MONTECÚCCOLO, João Antônio Cavazzi. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. V.1. Lisboa: Junta de investigações do ultramar, 1965. pg 109. outros ritual que envolve o água fervente pode ser visto ainda em Cavazzi ao descrever o ritual ministrado pelo Molunga. Através de palavras mágicas e encantamentos este suposto feiticeiro lançava sua mão sobre água fervente a fim de saber se determinado enfermo viria à óbito ou não. Caso sua mão saísse intacta o doente poderia se alegrar com as boas novas, do contrário a doença provavelmente o vitimaria. Idem, pg 96-97.

⁸ ANTT, IL, Processo contra Gracia proc. 12658.

aquela barulheira se tratava de um calundu. Descobrir onde o festejo foi praticado deve ter sido fácil e rapidamente surgia nos comentários gerais que o promotor de tamanha arruaça seria Manoel de Brito, que carregava a fama de abrigar alguns escravos tidos como feiticeiros em suas terras⁹. A história ia se construindo em detalhes e, pouco a pouco, todos souberam o que sucedera. Após o sumiço de uma canoa, mandaram chamar uma afamada feiticeira moradora na freguesia de Maré. A Gracia, escrava de Paula Vieira e xará da adivinha do caso anterior, coube a incumbência de localizar os objetos perdidos. Sua fama de adivinhadeira e curandeira havia rompido os limites geográficos da freguesia em que morava e parecia avançar sobre as localidades vizinhas. Segundo os depoimentos, a feiticeira ganhava um pequeno pecúlio por cada serviço prestado e esse dinheiro servia, em parte, aos interesses de sua senhora que não hesitava em negociar os seus dons.

Chegando a casa do seu suposto contratante, deve ter conhecido o local onde iria fazer o seu serviço. Provavelmente reuniu alguns escravos já familiarizados com as batidas adequadas do atabaque e, em casa de um escravo de Brito, planejou a cerimônia. A meia noite um grande número de negros e brancos vieram assistir o “baile” promovido pela feiticeira. Ao som dos tambores, que pareciam possuir os corpos dos presentes e atormentar o sono dos vizinhos, Gracia bailava na frente de todos, entorpecida por goles de água ardente da terra.

⁹ Em depoimento algumas pessoas indicaram que Manoel de Brito reunia em suas terras alguns dos escravos indesejados por outros senhores por fama de feiticeiro. Sendo assim, Pedro de Figueiredo, oficial de Marceneiro, afirmou que o dito Brito comprara de Pedro Dias um escravo chamado Manoel da Petecaba, acusado de matar com feitiços um moleque de Aleriano Alves. Além deste escravo, detinha ainda em suas terras João de Mathuim, escravo de Francisco de Vasconcelos, que tinha fama pública de feiticeiro. Estes dois homens estavam presentes na cerimônia orquestrada por Gracia. ANTT. IL, processo contra Gracia, 12658. pg 16.

Pouco tempo depois, segundo alguns depoentes que acompanharam o ritual ou pelo menos tiveram conhecimento por terceiros deste, o transe da feiticeira fazia-se completo. Aproveitando disso, Thereza de Brito, que admitiu em depoimento ter contratado a mágica, perguntou qual a localização da canoa de seu marido, recebendo como resposta que a mesma estava na Vila de Cairu¹⁰.

Outras mulheres vieram pedir informações no mesmo baile. Catherina Carmella, desconfiada da fidelidade do seu marido, veio saber a esse respeito. Thereza Brito, que no seu depoimento indicou que havia apenas indagado sobre a canoa e deixado o local do baile, segundo testemunhas, estendeu um pouco mais a sua presença no recinto para perguntar se Simão Francisco, seu marido, tratava ilicitamente com outra mulher e Manoel Brito, que supostamente seria o responsável pela organização da festividade, queria saber se Domingas da Estrada, preta forra residente na cidade, lhe queria bem de fato. A única que provavelmente não deve ter ficado muito feliz com a informação obtida deve ter sido Catherina, que, segundo as indicações de Gracia, não podia ter em conta que seu marido frequentava apenas a sua cama.

Após satisfazer o desejo de todos os presentes, com a luz do dia a iluminar a freguesia, as festividades que dominaram a noite com um som sem igual terminavam. Gracia deve ter recebido o que era seu de direito e rumado de volta a freguesia da Maré, dando à sua senhora a parte que lhe cabia por permitir que operasse em tais causas. O batuque que ministrara causou tamanho escândalo que pouco tempo depois era

¹⁰ Idem. Segundo depoimento de Thereza Birto a canoa fora encontrada posteriormente em outra localidade. Além disso, outros depoentes deram informações mais completas sobre o que falara Graça a este respeito. Supostamente, a adivinha indicou que a canoa havia sido roubada por escravos de Francisco Freire e se encontrava sob posse dos escravos de André Carvalho.

remetida uma carta a inquisição pelo Vigário da Cidade da Bahia, carta esta que só temos acesso a um breve resumo feito pelo Promotor da Santa Inquisição de Lisboa. A documentação termina com o depoimento de Thereza Brito, assim, não sabemos mais sobre quais caminhos traçou a referida escrava no seu embaraço com a Inquisição.

Outros casos de adivinhação incomodaram os responsáveis pelo recolhimento das acusações de delitos que atentassem contra a santa fé católica. Em carta endereçada aos senhor Cardeal da Cunha em 1727, Inquisidor Geral do Santo Ofício, o mais novo comissário de Olinda agradecia ao privilégio de ser nomeado ao cargo. Não perdendo tempo, já encaminhava denúncias que deveriam ser investigadas pela instituição. Pouco tempo depois, encaminhava ao Tribunal da Fé uma lista, separada por delitos, com inúmeros nomes de cristãos que atentavam contra fé. Entre judaizantes e bígamos, temos uma quantidade interessante de sujeitos acusados de praticarem o quibundo. Mostremos então a lista dos acusados de promover tais práticas.

Feiticeiros do Quibundo

Denuncioou a mim M^a Vigário de vir fazer hua oração a hua mulher por nome Clara, moradora em S. Antônio do Arrecife, com outras cerimoniais mais para adivinhar couzas furtadas, o q tudo a denunciante via, e deo testemunho de der verdade.

Denunciou João de Medina perante o seo Vigário em freguezia de ypojuca a esta perante mim tambem in scriptis de Manoel da Costa fazer quibundo para adivinhar. E reprehendendo o dito hu seo genro por nome carlos Gomes, não se emendou.

Denunciou in scriptis Luzia da Mata Cald^a de hu preto escravo de Antonio Munis Barreto senhor de Eng.^o na P^a chamado o escravo João Barreto Monis de ser publico feiticeiro e q usa de quibundo e de varias cerimoniais mais para adivinhar e prometer boa fortuna, uzando taobem de várias orações prohibidas p^a os mesmos effeitos.

Depoem Francisca escrava de (...) Gomes moradora no Prebevide deste Pernambuco, q vira fazer o quibundo a Manoel Gomes e a sia Mae Guimar Gomes moradores no mesmo Preberibe.

Depoem Cosme filho de Felipa (...) moradora na ponte velha desta Cidade de Olinda q veio a Simão Payva e a Rosa Maria sua mulher fazer o quibundo; morador na freguezia da Vargea no Eng.º do Montº.

Depoem a mulata Mariana Gomes escrava de Manoel Gomes morador no arraial Velhor das salinas q veio fazer o quibundo a (...) cariboca, escrava q foi do P. Manoel Gomes e hoje se prezenta forra, moradora no mesmo arrayal velho, o qual quibundo foi para matar o seu senhor como de fato matou.

Depoem Placida da fonseca moradora na Villa das Alagoas do norte que hua crioula forra chamada Mariana moradora na mesma Villa, anda ensinando orações supersticiosas a outra mulher chamada D. Prites e a outras mais.

Depoem Custodia Dias Fr^a q vira fazer o quibundo a Francisco Dias Fr^a morador na Villa de Garuçu, com oração em q tinha escrito q arregava do cristo. De q há testemunha e alguas parentes.¹¹

Sobre a rotulação de “Feiticeiros do quibungo” podemos notar uma infinidade de práticas que visavam objetivos diversos. Aparecem às necessidades de adivinhar a localização de coisas furtadas, o desejo ardente de matar o senhor e até mesmo orações que renegavam a fé católica. O termo de origem centro africana aparece na documentação como algo bastante genérico, capaz de abrigar as mais diversas práticas mágicas. Ao aplicar uma palavra de uma língua de África o autor, inconscientemente ou não, transferia a carga negativa das práticas de feitiçaria ao mundo africano. Utilizando o termo de outra língua para denominar ações e práticas comuns ao mundo cristão, passava-se a ter o “outro” como responsável por tamanho infortúnio gerado pelas superstições e laços ilícitos com o demônio.

¹¹ ANTT, IL, Documentação dispersa, Denúncias contra várias pessoas, por via do padre de Olinda e Comissário do Santo Ofício, Proc. 13540. pg 3

Dos denunciados, podemos destacar que a maioria dos casos dá conta das necessidades que homens e mulheres tinham de dominar algo que era inatingível, por meios lícitos, para o mundo europeu. A adivinhação aparecia como algo que não pertencia ao domínio das potencialidades do homem que, para tal fim, recorreria aos enganos diabólicos. Desta perspectiva o diabo aparecia como um inimigo a ser combatido com afinco. Este personagem era encarado como principal ameaça à humanidade e, ao associar-se a ele, o homem cometia uma gravíssima ofensa contra Deus e aos seus semelhantes.

O Anjo caído usava de sua fenomenal memória¹² e conhecimento profundo sobre as coisas da natureza para ludibriar seus seguidores e convencê-los que detinha tanto poder quanto o criador. Nos textos dos grandes demonólogos que circulavam pelas mãos dos letrados e alcançavam os clérigos e inquisidores portugueses, o demônio gozava da acuidade e sutileza dos espíritos e contava com uma prodigiosa memória construída desde a criação¹³. Sua corrupção o deixara fisicamente mais forte e a rapidez e agilidade que conseguia imprimir superava de longe a de qualquer criatura mortal¹⁴. Detendo tanto poder assim, a arte de enganar o homem comum com seus enganos parecia fácil. Poderia deslocar objetos usando sua extrema velocidade e fazer parecer que havia desaparecido, ministrar curas usando as potencialidades da natureza

¹²Essa questão nos é ventilada por José Pedro Paiva ao analisar as principais obras que circulavam em Portugal a respeito das potencialidades demoníacas. O autor nos mostra como o Diabo tinha poderes limitados, contando apenas com uma fenomenal memória e com ações que não rompiam com os limites do sobrenatural, pertencendo à categoria de preternaturais. PAIVA, José Pedro. *Bruxaria e superstição num país sem caça as bruxas: 1600-1774*. Lisboa, Notícias Editorial, 1997. Pg 33-37.

¹³CLARK, Stuart. *Pensando com Demônios: A ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. pg 219

¹⁴Idem. Pg 220-221.

que o homem não conhecia e apresentar tais resultados como milagres, ou até mesmo revelar coisas futuras sobre o clima. Entretanto, tamanho poder era limitado pelas leis naturais, que só podiam ser alteradas pelo próprio criador.

Eram esses demônios que agiam quando um sujeito era considerado feiticeiro. Romper com os limites do que fosse cognoscível ao homem poderia ser apontado como um reflexo de que, naquela situação, o sujeito travara uma relação de proximidade com o demônio, visando dominar forças malévolas e obter conhecimento sobre o que não lhe seria possível. A verdade revelada pelos rituais ministrados pelas adivinhas e adivinhos citados acima atendiam as necessidades culturais dos membros da Igreja de classificar, através dos signos que dominavam, à religiosidade africana.

O inquisidor funcionava como um antropólogo às avessas, tentando apresentar ao interrogado uma verdade sobre suas práticas que não correspondia, na maioria dos casos, a real compreensão do “feiticeiro” sobre os rituais realizados¹⁵, vejamos o caso seguinte. Na segunda visitação do Santo Ofício feita as terras da Bahia entre os anos de 1618 e 1620 o cristão velho Pero de Moura veio se denunciar¹⁶. Desesperado com a doença do irmão e percebendo os resultados insatisfatórios das intervenções médicas sobre estes, resolveu recorrer as artes mágicas de Francisco Cucana, preto forro nascido em São Tomé e morador da freguesia de Pirajá. Com o uso de um ovo e algumas ervas o dito preto conseguira curar o irmão do seu contratante. Mesmo parecen-

¹⁵ GUINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo. São Paulo: Rev. De História, V.1 nº 21. Set/90 fev/91.

¹⁶ SIQUEIRA, Sônia. Confissões da Bahia (1618-1620). Coleção Videlicet, João Pessoa: Ideia, 2011. pg 208-210.

do ao depoente que o ritual ministrado por Francisco não fora feitiçaria, o Visitador deixava clara a posição dos homens letrados a esse respeito ao lhe perguntar se “sabia q o dito Negro tivesse feito algu pacto taçito ou expressso cõ o Diabo, e se sabia que a Sancta Madre Igreja phoibia uzar de semelhantes feitiçarias?”¹⁷.

No processo movido contra Simão das quatro perguntas que o Santo Ofício indica que sejam feitas aos depoentes em duas a busca pelo pacto diabólico estavam presentes.

3- Se sabe, viu ou ouviu se alguma pessoa ou pessoas matassem outras com feitiços, quem são, como se chamam, e de onde são moradoras as pessoas, quem fazem estes feitiços a que pessoas enfeitiçaram e mataram, quanto tempo há, de que coisas (...), se tem algum pacto com o demônio.

4- Se sabe se alguma pessoa para efeito de descobrir e (...) outra que se (...) era feitiçeira, e usava de feitiços mandou buscar e procurar outra pessoa que tinha por fama de feitiçeira, e que muito estão (fincados) três paus no chão capazes de poderem sustentar uma panela de água e subministrado lhe fogo debaixo com essa assim a ferver água da panela e lançando lhe dentro um ferro e dizendo umas palavras que se não perceberam, mandara a todos, um por um, que metessem a mão dentro da dita panela e tirassem o tal ferro, (e que temendo queimarem-se, lhes assegura que se não haviam de queimar se estivessem inocentes, o que assim sucedera porque tiraram as mãos ilesas porque só o que um que era a que tinha dado feitiços, feito malefícios, e morto algumas pessoas) metendo a mão dentro da dita panela a tirara toda queimada e as depois falara que ele mesmo for as que matara aquelas pessoas que morreram - a outra: quem é, como se chama, de onde mora a tal pessoa que fez, e disse as ditas coisas para (...) aquela que fizera os ditos feitiços, e mortes, de que palavras e cerimônias usa, o que é e o que faz, mais quem é tido, e chamado por feitiçeiro; quem é, como se chama, onde mora a pessoa que meteu a mão na panela e a queimou, que coisas faz, a quem, e de que palavras, cerimônias, ou orações usa, se tem algum pacto com o demônio, e se é infamado de feitiçeiro, e se sabe demais algumas pessoas que tem e façam feitiços e superstições, quem são, como se chamam e de que coisas ou palavras usam (sic).¹⁸

¹⁷ Iem. Pg 210.

¹⁸ ANTT, IL, Processo contra Simão, proc. 8464. pg 4

Percebemos isso de forma mais clara nas perguntas enviadas pelo Santo Ofício a respeito do calundu promovido na Freguesia de Passé por Gracia, escrava de D. Paula Vieira contratada para adivinhar o sumiço de algumas canoas.

Se sabe alguma pessoa, ou pessoas (...) infamadas de feitiçaras adivinhando, e outras couzas vans, e supersticiosas, quem são, como se chamão as tais pessoas aonde são moradoras, que feitiçarias fazem, e de que palavras, ou ingredientes uzão, se emfeitiçarão à alguma pessoa ou pessoas, quanto tempo há, com que occasião, e se tem algum pacto tacito ou expresso. Se outro sy sabe que alguma pessoa do sexo masculino onde e excomungando e declarado por não satisfazer ao preceito da quaresma quem hé, e como se chama a tal pessoa, aonde vive, e hé morador, quanto tempo há q e anda excomungado, e porque cauza?(sic).¹⁹

Essa percepção determinadas práticas mágicas e à adivinhação ia de encontro à ideia africana do uso destes recursos. Na cosmologia comum a vários povos da África Central, a imbricação entre o mundo dos vivos e dos mortos se fazia de tal sorte que o contato entre os mesmos era constante. Ao morto cabia papel de destaque dentro do cotidiano social. A ele era devido oferendas e respeito em troca de proteção e auxílio contra diversos males. Vivos e mortos compartilhavam espaços comuns e dividiam as mesmas preocupações com a manutenção do núcleo familiar. Além disso, as almas podiam revelar aos viventes os caminhos a serem seguidos, os melhores meios de lidar com determinados problemas e como deviam proceder em algumas ocasiões. O mundo dos vivos e dos mortos estavam de tal forma juntos que a convivência entre estes se fazia constante.

Ao africano, saber sobre coisas passadas e futuras ou adivinhar sobre quem seria responsável por promover o infortúnio físico de ou-

¹⁹ ANTT, IL, Processo contra Gracia proc. 12658. pg 39-40

trem eram coisas passíveis de serem descobertas através de todo um arsenal ritual dominado por alguns sujeitos especiais²⁰. As revelações, tão raras no mundo católico, eram tidas como fenômenos comuns e necessários na vida cotidiana destes povos que visavam, através delas, conseguir certo domínio sobre o mundo temporal²¹. Elas apareciam como o principal elo de ligação entre o temporal e o sobrenatural.

Recorrer a esses expedientes dominados pela população traficada parecia ser recurso viável a uma boa parte da população colonial. Em muitos casos a fé nas verdades apresentadas pela Igreja não atendiam às expectativas diárias dos homens que se lançaram na aventura colonial. O uso das habilidades curativas, adivinhatórias e mágicas dos pretos aparecia como um caminho bastante razoável a ser seguido. Buscar respostas através das habilidades de bruxos, algo tão comum a tradição popular europeia e africana, deu margem a criação de um ambiente de troca de experiências mágicas e interações culturais. Não foi sem ter algum tipo de esperança de que se descobrisse a verdade sobre as canoas roubadas ou os escravos mortos que Thereza Brito e André de Medina recorreram a afamadas feiticeiras. Os resultados obtidos atenderam, pelo menos por um tempo, às necessidades dos que contratavam seus serviços. Para além da questão da satisfação dos desejos dos contratantes a ritualística africana empregada nestes rituais servia, assim como nas terras africanas, como modo de promover certo equilí-

²⁰ Sobre alguns destes “especialistas” em artes mágicas africanas ver o livro do missionário Cavazzi, lá podemos encontrar a descrição de algumas práticas religiosas ministradas pelos agentes da religiosidade africana nos reinos do Congo, Angola e Matamba. Ver: MONTECÚCCOLO, João Antônio Cavazzi. Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola. V.1. Lisboa: Junta de investigações do ultramar, 1965. pg 96-97.

²¹ SWEET, James. Recriar África: Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português-1441- 1770. pg 130-143.

brio das relações no seio da comunidade. No caso do mundo escravista montado pelos portugueses na parte da América que lhes cabia, a ação dos feiticeiros africanos ainda servia ao mesmo fim, porém, buscavam o equilíbrio em dois pontos distintos. O primeiro deles dizia respeito à comunidade escrava de determinada localidade ou unidade produtiva e a segunda seria a relação desta com o senhor. Segundo esta análise, apresentada por Sweet ao vislumbrar os processos de feitiçaria movidos contra população africana nas terras portuguesas, os africanos guardavam pra si um espaço de controle das relações sociais dentro de um mundo colonial que insistia em lhes tirar isso.

Nos casos apresentados acima podemos perceber a influência que esses homens e mulheres tiveram em situações de dificuldade enfrentada pelos seus contratantes. Cabia a eles apresentar a solução, indicar os culpados ou ministrar as curas para as doenças que poderiam parecer irremediáveis. Através desses espaços podiam conservar um pouco do que lhes fora ensinado por seus antepassados, guardando e transmitindo parte do universo cultural que marcara parte das suas vidas. Além disso, as construções sociais e as diferentes demandas coloniais davam margem para que algumas práticas fossem repensadas e adaptadas ou até mesmo que ocorresse o aprendizado de outros rituais mágicos que, inicialmente, pertenceriam a outros grupos étnicos e a homens e mulheres de continentes diferentes.

A colônia aparecia como um espaço de interação entre diversos grupos humanos postos em posições sociais radicalmente distintas. O contato constante promovido entre povos, longe de simplesmente apagar ou apenas “crioulizar” todo um universo de práticas tidas como mágicas, permitiu um intenso contato e troca de experiências religiosas

que iam além do domínio do catolicismo sobre as demais religiões. A adivinhação promovida pelos africanos, mas não só por estes, visava atender as necessidades impostas pelo mundo colonial que não encontravam, ou não queriam encontrar, abrigo no seio da Igreja. Respostas a dilemas cotidianos eram mais facilmente respondidos pelas ações de agentes de outras religiosidades do que pelo clero católico. Foi neste contexto que alguns africanos conseguiram preservar parte do universo cultural que traziam consigo, adaptando, quando julgavam necessário, as suas práticas a lógica local.

Recebido em: 01/11/2011

Aceito em: 24/03/2012